



Enfoque: Reflexão Contábil

ISSN: 1517-9087

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Santana Farias, Manoel Raimundo; Rodrigues Farias, Kelly Teixeira
Papel epistemológico da teoria e pesquisa em contabilidade
Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 33, núm. 3, septiembre-diciembre, 2014, pp. 121-135
Universidade Estadual de Maringá
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307132829009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Papel epistemológico da teoria e pesquisa em contabilidade

doi: 10.4025/enfoque.v33i3.24563

Manoel Raimundo Santana Farias

Doutor em Ciências no Programa de Controladoria e Contabilidade da FEA/USP
Professor e Pesquisador da Universidade Federal do Pará/UFPA, na Faculdade de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas.
manoeffarias@ufpa.br

Kelly Teixeira Rodrigues Farias

Doutora em Ciências no Programa de Controladoria e Contabilidade da FEA/USP
Professora e Pesquisadora da Universidade Federal do Pará/UFPA, na Faculdade de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
kellyfarias@ufpa.br

Recebido em: 31.07.2014

Aceito em: 16.10.2014

2ª versão aceita em: 28.10.2014

RESUMO

Este estudo afirma que a teoria é parte indissociável da pesquisa científica e, portanto, indispensável ao desenvolvimento científico em contabilidade. Para demonstrar esse argumento, recorreu-se a teoria da ciência a partir da epistemologia e da filosofia da ciência, oriundas do desenvolvimento da linguagem científica, expressa nas abordagens sintática e semântica. Na prática científica, a escolha de uma teoria ocorre a partir de certas virtudes da mesma, assim como o seu sucesso ou fracasso é avaliado por testes de observação e experimento. Na literatura da contabilidade, foram observados o uso e a construção de teorias, o que corrobora com o sugerido neste trabalho. Futuras pesquisas podem investigar: o fenômeno da construção de teorias na área visando descobrir qual visão predomina: a sintática ou a semântica; as formas que esses modelos estão sendo testados; os resultados obtidos e o desenvolvimento de modelos e teorias que ainda não existem, seguindo a lógica da linguagem científica aqui tratada.

Palavras chave: Teoria. Teoria científica. Pesquisa em contabilidade.

Epistemological role of theory and research in accounting

ABSTRACT

This study argues that the theory is an integral part of the scientific research and, therefore, indispensable to scientific development in accounting. To support this claim, we resorted to the theory of science from epistemology and philosophy of science, arising from the development of scientific language, expressed in syntactic and semantic approaches. In scientific practice, the choice of a theory occurs from certain virtues of the same as well as its success or failure is assessed by observation and experiment testing. In the accounting literature, the use and the construction of theories, which agrees with the suggested in this work were observed. Future research can investigate: the phenomenon of theory building in the area in order to discover which view prevails: the syntactic or semantic; the ways that these models are being tested; the results and the development of models and theories that do not yet exist, following the logic of scientific language treated here.

Keywords: Theory. Scientific theory. Accounting Research.

1 INTRODUÇÃO

Uma importante tarefa de um pesquisador é analisar e escolher a teoria pertinente à sua

pesquisa. Igualmente, um avaliador quando recebe um artigo submetido para discussão em um evento científico ou publicação em uma revista científica se depara com a missão de

analisar e emitir sua opinião sobre a base teórica do estudo. Sendo assim, esse componente da pesquisa merece um debate mais aprofundado.

Obviamente, o papel da teoria varia de um estudo para outro, assim como depende do objetivo do empreendimento e do estágio de desenvolvimento da área em particular ou até mesmo de outras áreas ou ciências. Por exemplo, ao admitir-se como possível a explicação de fatos ou problemas contábeis a partir de variáveis psicológicas, econômicas ou sociológicas recorrer-se-á a uma teoria desenvolvida em uma daquelas áreas.

Nas ciências sociais, há muita discussão sobre a possibilidade de se gerar conhecimento científico como se faz em outras ciências mais desenvolvidas como a física, a química, a biologia, dentre outras. A discussão aqui empreendida admite essa possibilidade sob o argumento de que as ciências sociais investigam fatos existentes no mundo real, assim como ocorre com as chamadas ciências naturais. E também porque há áreas bem sucedidas cientificamente no âmbito das ciências sociais, como a economia, a psicologia e a sociologia, por exemplo.

Ao se admitir que é possível entender e explicar o que ocorre na realidade, delimitada por um determinado campo como o contábil, a tarefa passa ser, então, a elaboração de um método que permita o acesso à realidade. Um acesso além do senso comum, da simples observação ou mesmo de uma pesquisa empírica pura, que se presta apenas a reunir dados a partir de alguns conceitos elementares.

É no estágio de compreensão do processo científico ou da necessidade de tratar cientificamente os fatos que o pesquisador profissional se depara com a necessidade de uma teoria como parte indissociável do método científico. Indissociável porque, como afirma Bunge (1980), “[...] toda pesquisa, não importa de que tipo seja, propõem-se a resolver um conjunto de problemas.” Logo, é necessário identificar os conhecimentos ou instrumentos relevantes, “[...] dados empíricos, **teorias**, aparelhos de medição, técnicas de cálculo [...]”

para tentar solucionar os problemas. Caso a solução não seja satisfatória é necessário a “[...] invenção de novas ideias (hipóteses, **teorias** ou técnicas) ou produção de novos dados empíricos que prometam resolver o problema.” (BUNGE, 1980, p. 24-25. Nossa ênfase).

A teoria, portanto, cumpre um papel decisivo no processo de geração de conhecimento científico. Contudo, cabe questionar que atributos têm uma teoria, que pretende guiar uma investigação de fatos do mundo real, para que possa ser caracterizada como uma teoria científica? E, qual o seu papel na condução da pesquisa? As respostas a essas questões estão apresentadas ao longo do presente ensaio. Tais respostas não são triviais, apresentando consequências nas investigações científicas e no seu produto, o conhecimento científico.

A concepção de teoria desenvolvida neste artigo se ampara na visão de que a construção do conhecimento científico ocorre por meio do desenvolvimento dúbio da linguagem e da experiência (ROTH, 2008). Na linguagem científica, a teoria surge como uma categoria importante, que dá início ao empreendimento, guia a pesquisa, auxilia na interpretação dos resultados e permite o acompanhamento da evolução dos achados ou até mesmo o abandono de uma linha que não se mostre promissora.

É importante ressaltar que mesmo áreas pouco desenvolvidas cientificamente não podem prescindir do uso de teorias sob o risco de não gerar conhecimento válido do ponto de vista da ciência. Isso significa dizer que na ausência de teorias próprias, os pesquisadores devem recorrer a outras ciências ou até mesmo desenvolvê-las. Caso contrário, o pretensão trabalho científico apresentará uma fragilidade metodológica e epistemológica na sua própria origem.

Entretanto, em uma área de pouca ou recente tradição científica como a contabilidade, o papel da teoria e até mesmo a caracterização do que é teoria pode não estar muito claro, o que torna essa discussão relevante e cujos debates que dela se sucederão são inadiáveis, devido suas implicações no processo de pesquisa.

O problema da fragilidade do uso ou necessidade do desenvolvimento de teorias para guiar as pesquisas contábeis foi detectado inclusive em trabalhos publicados nos periódicos mais influentes e conceituados da área em âmbito internacional, como documentado por Holthausen e Watts (2001), Kothari (2001), Fields, Lys e Vincent (2001), Shackelford e Shevlin (2001), Zimmerman (2001), Ryan, Scapens e Theobald (2002), Ball (2006), Brickley e Zimmerman (2010) e Wagenhofer (2011), apenas para citar alguns exemplos.

Por outro lado, há pesquisadores desenvolvendo modelos teóricos, para tratar cientificamente temas contábeis, como Nobes (1998), Lambert (2001), Verrecchia (2001), Ohlson e Juettner-Nauroth (2005), Lambert, Leuz e Verrecchia (2007), cujos exemplos são úteis para ilustrar como se dá o processo de construção, bem como as características de uma teoria científica.

O texto está estruturado para mostrar o seguinte: O problema a luz da teoria da ciência, o problema nas pesquisas da contabilidade, desenvolvimento de modelos teóricos na contabilidade e síntese da discussão e futuras pesquisas.

2 O PROBLEMA A LUZ DA TEORIA DA CIÊNCIA

O objetivo neste item é caracterizar o problema do papel epistemológico da teoria no processo de desenvolvimento do conhecimento científico. O termo teoria da ciência foi usado por Van Fraassen (2007) ao se referir às relações entre uma teoria científica e o mundo empírico, bem como à teoria da explicação. Popper (1972) utilizou a expressão teoria do método científico para se referir a “Epistemologia ou lógica da pesquisa científica”. Para o autor, a Epistemologia é uma teoria sobre teorias. A compreensão contemporânea é que se trata de uma meta-teoria sobre a ciência (Bunge, 1998).

Na filosofia da ciência, predomina o entendimento de que a ciência é “uma atividade cognitiva que é capaz exclusivamente de gerar crenças justificadas sobre o mundo”, como afirmam Psillos e Curd (2008, p. XIX). Segundo

os autores, a teoria da ciência tenta dar respostas às questões fundamentais levantadas pela filosofia geral da ciência, quais sejam:

- Qual o objetivo da ciência e qual o seu método (ou métodos)? Em termos mais gerais: o que é ciência, em primeiro lugar e como ela se diferencia da não ciência ou da pseudociência?
- O que são, e como teorias científicas se relacionam e representam a verdade do mundo? Como um termo teórico conduz seu significado e como está relacionado com a observação?
- Qual a estrutura e o conteúdo de conceitos como: causalidade, explicação, confirmação, teoria, experimento, modelo, redução e probabilidade?
- Quais regras, se existem, governam a mudança teórica na ciência? Qual é a função dos experimentos? Qual o papel que os valores, epistêmico e pragmático jogam nas decisões científicas e como eles se relacionam com fatores e gêneros sociais e culturais? (PSILLOS; CURD, 2008, p. XIX. Ênfase nossa. Tradução Livre).

As questões levantadas Psillos e Curd (2008) cobrem uma gama muito ampla de assuntos na lógica da investigação científica, o que fez com que se optasse em tratar o item destacado na citação, que diz respeito às teorias científicas, objeto deste estudo.

2.1 O QUE É TEORIA CIENTÍFICA?

A importância de se entender o que é uma teoria científica decorre de dois aspectos: o primeiro é a necessidade de se evitar as confusões decorrentes do uso generalizado e indevido da palavra teoria, apenas ao se referir a conceitos ou definições soltas ou até mesmo doutrinas e meras opiniões; o segundo aspecto, muito mais importante, é que a estrutura das teorias científicas auxilia na relação e representação da verdade do mundo e, consequentemente, na obtenção do conhecimento científico.

Uma teoria possui conceitos e definições, mas esses são apenas os componentes da mesma, não são a própria. Essa ressalva é importante, porque nas ciências sociais se observa uma tendência de atribuir “o nome de teoria a qualquer amontoado de opiniões, por desconexas e infundadas que sejam. Quase

sempre se trata meramente de quadros teóricos ou de doutrinas.” (BUNGE, 1980, p. 160). A seguir as diferenças:

Doutrina é um corpo de ideias suscetível de serem transmitidas ou ensinadas, “é menos precisa que uma teoria” e “suas previsões são imprecisas”. Pode “ter valor heurístico, por exemplo, ao ajudar a classificar determinadas variáveis ou a dirigir a atenção para elas, que de outro modo passariam inadvertidas.” (BUNGE, 1980, p. 162). De acordo com Bunge (1980), uma doutrina, ao não ser comprovável empiricamente, não pode aspirar à categoria de teoria científica.

Quadro teórico (contexto): “é um conjunto de proposições referentes a um mesmo domínio” (por exemplo, contabilidade), contendo certos conceitos como entidade, ativo, passivo, receita, “que constituem um grupo homogêneo, no sentido de que todos eles se referem ao mesmo domínio.” É importante mencionar que tais conceitos servem de “matéria prima para elaboração de teorias uma vez que obteremos cada uma destas selecionando proposições do contexto” (BUNGE, 1980, p. 160).

Teoria: “[...] é um conjunto de proposições, todas elas referentes a dado assunto (p. ex., o subdesenvolvimento), e tal que cada uma delas é uma premissa (p. ex. uma hipótese) ou uma consequência lógica de outras proposições da teoria” (BUNGE, 1980, p. 161). Nota-se que a definição implica na adoção de um sistema hipotético-dedutivo, no sentido de que as proposições guardam relações entre si formando um sistema e enquanto não forem comprovadas empiricamente são consideradas como hipóteses. A teoria científica: “é uma teoria comprovável empiricamente” [...] “mediante dados observacionais ou experimentais.” (BUNGE, 1980, p. 161). Isso, até segunda ordem, porque a ciência é, por princípio, um jogo interminável e aquele que decida um dia que os enunciados científicos não exigem mais a prova retira-se do jogo (POPPER, 1972).

Vale ressaltar as diferenças entre a definição de teoria e de teoria científica. Estruturalmente, as duas se assemelham, mas somente testes

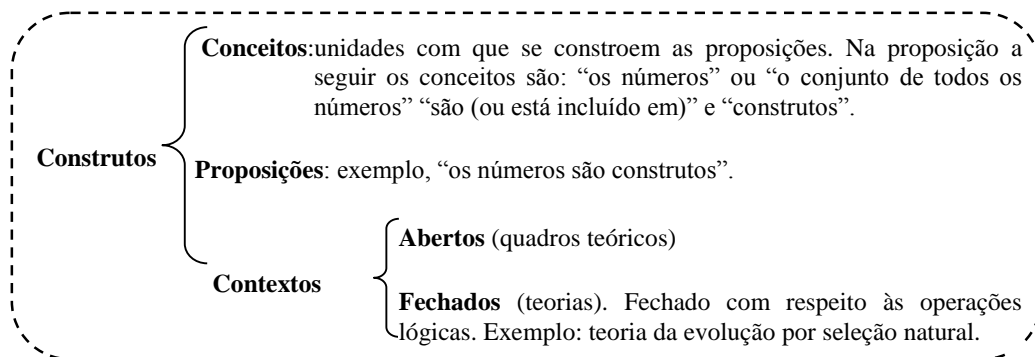
empíricos e/ou experimentais poderão elevar uma teoria ao status de teoria científica. Disso decorre a importância e o objetivo das pesquisas empíricas e experimentais.

Outro ponto relevante, é que uma hipótese mesmo comprovada não se constitui em uma teoria. Isso porque a teoria não é uma hipótese apenas, mas um conjunto de hipóteses (lembrando que hipótese é um tipo de proposição). Para ajudar na diferença, Bunge (1980, p. 23) explica que “enquanto as hipóteses devem enriquecer-se de dados para poderem ser comprovadas, as teorias devem ser enriquecidas de dados e com hipóteses adicionais.” O autor exemplifica que “[...] para por a prova uma teoria sociológica não bastam dados sociológicos, econômicos, históricos [...] também são necessárias teorias econômicas e psicológicas.”, no caso hipóteses adicionais das teorias econômicas e psicológicas (BUNGE, 1980, p. 161).

No contexto da definição de teoria, um conceito que precisa ser entendido é o de proposição. Trata-se de um objeto conceitual (construtos), isto é, existe como referente das ciências formais (lógica e a matemática), diferente dos objetos concretos, coisas ou referentes das ciências factuais (física, biologia, economia, sociologia, por exemplo).

Uma proposição científica possui duas características importantes: 1) Propõe-se representar algum aspecto do mundo real; 2) Pode ser avaliada como verdadeira ou falsa a partir da experiência ou da observação, o que requer sua formulação em termos formais ou matemáticos, mas não necessariamente quantitativos, como por exemplo, utilizando a teoria dos conjuntos (BUNGE, 1980).

De acordo com Bunge (1980), conceitos, proposições, quadro teórico (contexto) e teorias (contexto fechado) são construtos, ou seja, objetos conceituais produtos de uma criação mental (cerebral). O autor alerta para não confundir tais construtos com objeto mental ou psíquico como a percepção e a lembrança. A Figura 1 expressa o que significam esses construtos para o autor.

**Figura 1 - Construtos.**

Fonte: Bunge (1980).

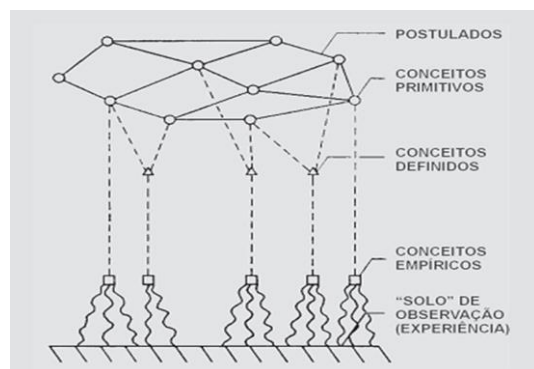
Dada a importância e não trivialidade das distinções e definições mostradas acima, para os pesquisadores com interesse em um entendimento mais detalhado e aprofundado, recomenda-se fortemente a consulta da obra de Bunge (1980). São alguns exemplos de doutrina, teoria e teoria científica, respectivamente, sugeridos pelo autor: Estruturalismo, Teoria da Utilidade de Von Neumann e Morgenstern e Teoria de Coleman das Redes de Influência Social.

2.2 TEORIA CIENTÍFICA VERSUS RELAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA VERDADE

A função das teorias científicas é auxiliar na relação e representação da verdade do mundo e, conseqüentemente, na obtenção do conhecimento científico. Uma teoria é um conjunto de proposições relacionadas entre si e que fazem referência a um conjunto de fatos do mundo real, então é a proposição que contém ou não a verdade. Antes, de explicar como uma proposição se conecta aos fatos, é importante discutir o sentido do conceito de verdade, que por ter sido interpretado erroneamente, produziu as ideologias relativistas dominantes contemporaneamente e que tentam desprestigiar o significado de verdade para a ciência. (POPPER, 1999).

entendida sem a idéia reguladora da verdade”, porque é essa idéia que inspira a busca da verdade ou falsidade de uma proposição. Pode-se saber se algo está errado se for utilizada uma noção do que é certo ou verdadeiro. Popper (1999, p. 28) afirma que se denomina como “[...] ‘verdadeira’ uma proposição, se ela corresponde aos fatos, ou se as coisas são como as descritas pela proposição.”

Para entender como uma proposição se conecta aos fatos, é necessário que os termos teóricos contidos na teoria estejam, de alguma forma, relacionados à observação ou passíveis de experimento. Então, uma questão metodológica importante é como relacionar as proposições de uma teoria com a realidade? Isso pode ser compreendido por meio da Figura 2.

**Figura 2 - Diagrama de uma teoria.**

Fonte: Feigl (2004).

De acordo com Popper (1999, p. 27) “[...] a importante idéia metodológica que podemos aprender com nossos erros não pode ser

A Figura 2 retrata a estrutura e composição de uma teoria. Uma teoria, no sentido discutido neste trabalho, está relacionada ou conectada

com a realidade ou com o solo de observação e se inicia com os postulados, que são formados por conceitos primitivos e por natureza não são interpretados empiricamente. Os conceitos definidos são derivados e conceituados explicitamente a partir dos conceitos primitivos e estão ligados por regras de correspondência a conceitos empíricos, que fazem referência as variáveis de observação, os quais são aplicáveis na pesquisa a partir da especificação das regras de medição e experimentação. (FEIGL, 2004).

No item seguinte, trata-se das visões sintática e semântica das teorias científicas por meio do significado das regras de correspondência, as polêmicas em torno do papel de tais regras em uma estrutura teórica e a capacidade de representarem os fatos estudados pela ciência.

2.3 LINGUAGEM E ESTRUTURA DAS TEORIAS CIENTÍFICAS

As visões sintática ou semântica das teorias científicas entendem as teorias ou como espécie de objetos a partir dos quais se têm convicções sobre o que se pode acreditar como sendo verdade ou que se aceita como empiricamente adequada (FRENCH, 2008).

A exigência de que as teorias sejam empiricamente adequadas decorre da ciência empírica ou factual, envolvendo a trilogia: Teoria – Dados – Realidade, conforme Bunge (1998). Assim, “A lógica (sintática e semântica) da ciência se preocupa com problemas como a estrutura das teorias científicas e o suporte empírico, se houver, de conceitos científicos.” (BUNGE, 1998a, p. 36).

Os aspectos sintáticos estão relacionados com validade interna da teoria em termos lógico-matemático, a partir da relação entre os conceitos ou variáveis e a não contradição entre as proposições da teoria. Os aspectos semânticos estão relacionados com a adequação da teoria ao conteúdo empírico expresso nos dados sobre, ou da realidade. Então, os aspectos sintáticos e semânticos formam o todo de uma teoria, o que pode ser sintetizado da seguinte forma: a teoria científica (de uma ciência

empírica) é composta de uma estrutura sintática que descreve as relações entre os conceitos e as variáveis teóricas, em que tais variáveis se referem ou descrevem relações que, em tese, ocorrem na realidade, cuja ocorrência ou não é uma questão semântica. A implicação lógica disso é a exigência da construção formal das proposições, de modo a permitir os testes das mesmas, para que sejam aceitas ou rejeitadas pela comunidade científica da área em questão.

De acordo com French (2008), a estrutura sintática da teoria corresponde aos termos das expressões lógico-linguísticas relacionadas por um cálculo dedutivo. De acordo com essa abordagem, a estrutura das teorias científicas compõe-se de: um formalismo abstrato (F); um conjunto de postulados teóricos ou axiomas (T); um conjunto de regras de correspondência (C).

O formalismo abstrato (F) compõem-se de uma linguagem (L), a partir da qual a teoria é formulada, e um cálculo dedutivo definido. A linguagem, (L) primeiro é formada por termos lógicos e não lógicos; segundo pode ser dividido em um conjunto de termos de observação e um conjunto de termos teóricos (T) e terceiro um conjunto de regras de correspondência (C) em que estas funcionam como um tipo de dicionário, relacionando os termos teóricos com os termos de observação (FRENCH, 2008).

Uma questão objeto de estudo e discussão nos âmbitos da epistemologia e filosofia da ciência, é se uma mudança nas regras de correspondência implica em uma evolução da teoria ou em uma nova teoria, uma vez que as regras de correspondência são partes constitutivas da estrutura da teoria. Como aquelas regras incluem procedimentos experimentais e observacionais, então, se alguém utilizar um novo modo para testar uma teoria, e assim propor uma nova técnica no experimento ou na observação, que requeira uma nova regra de correspondência a ser adicionada, conseqüentemente, ter-se-ia uma nova teoria, estritamente falando. A evolução de uma teoria para outra é ainda um tema de discussão pouco sólida, mas de um ponto de vista do progresso científico não é plausível que toda vez que se inclua uma nova técnica se tenha uma nova teoria (FRENCH, 2008).

A questão é o relacionamento entre a teoria e o fato, o que a torna crucial, crítica e reconhecida como uma tarefa complexa, para ser capturada apenas por regras de correspondência, por envolver modelos de experimento, modelos de dados, modelos do fato, todos inter-relacionados e relacionados a modelos teóricos. Diante dessa dificuldade é que se começou a tratar de uma interpretação semântica da linguagem, a partir da ideia de que tal interpretação deveria ser utilizada para representar as teorias, tal como os mesmos recursos que os cientistas usam para representar os fatos, isto é, recursos matemáticos em vez de ferramentas meta matemáticas, isto é, lógicas (FRENCH, 2008).

De acordo com French (2008), na visão semântica ou abordagem teoria-modelo (*model-theoretic*) a estrutura das teorias é descrita em termos de classes de modelos matemáticos. A ideia central é que as teorias podem ser caracterizadas pelo que suas formulações linguísticas se referem para depois então serem interpretadas semanticamente em termos dos modelos. Dessa forma, as teorias podem ser vistas como extra linguística e de acordo com essa visão as aproximações semânticas são obtidas por meio das famílias de tais modelos matemáticos. Então, aquilo, que é designado de “axioma” da teoria na visão sintática, é compreendido como útil para se escolher os modelos pertinentes, com a vantagem de que os axiomas são verdades nesses modelos. O método para apresentar uma teoria nesta visão é definir a classe pertinente de modelos diretamente (FRENCH, 2008).

Ainda segundo French (2008), a visão semântica é reivindicada como uma alternativa melhor, para representar o complexo relacionamento entre teorias, dados e fatos e indica o papel crucial dos modelos na prática científica. Contudo, o autor ressalta que os desafios e as críticas atualmente se situam no problema da relação entre modelos dentro de uma mesma teoria (*families of models*) e do seu papel e capacidade de representar e descrever aspectos do mundo real ou observável. Nesse contexto o conceito de adequação empírica (*empirical adequacy*) torna-se importante na avaliação ou escolha de uma teoria, o qual será tratado no item sobre as virtudes de uma boa teoria.

2.4 AS VIRTUDES DE UMA BOA TEORIA

As discussões empreendidas ao longo deste trabalho ressaltam os desafios da linguagem científica no desenvolvimento de teorias com algum grau de correspondência ou relação com mundo que a ciência pretende explicar. Logo, na prática científica escolher a teoria é uma tarefa importante. Para isso, McMullin (2008) descreveu o que se entende como virtudes de uma boa teoria, cujas características estão relacionadas ao ajuste empírico (levemente diferente de adequação empírica) e ao poder explicativo.

2.4.1 Ajuste empírico e adequação empírica

Se a estrutura das teorias científicas é que nos auxiliam na relação e representação da verdade do mundo e, conseqüentemente, na obtenção do conhecimento científico, como afirmado no item 2.1, então, a capacidade da teoria em descrever a realidade do mundo tem um considerável valor epistêmico. Assim, a preocupação é dar uma resposta adequada à questão: qual o conteúdo empírico de uma teoria científica? Essa questão foi tratada em detalhes por Van Fraassen (2007) em um capítulo (3) que o autor denominou de “salvar os fenômenos,” em que o autor discute a adequação empírica de uma teoria.

O ajuste empírico de acordo com McMullin (2008) é uma virtude primária da teoria. Dado que a primeira exigência da teoria é responder aos dados, a extensão ou magnitude, na medida em que isso ocorre torna-se uma medida significativa do seu sucesso. Entretanto, falhas no ajuste empírico podem ser toleradas, especialmente, nos primeiros estágios do desenvolvimento da teoria. Com o passar do tempo, porém, tais falhas podem se tornar anomalias problemáticas e tem que ser compreendidas (MCMULLIN, 2008).

A tolerância inicial às falhas de ajuste empírico da teoria levou McMullin (2008) a polemizar com Van Fraassen (2007), argumentando que a adequação empírica (*empirical adequacy*) proposta por Fraassen é um objetivo ou um alvo promissor para as teorias, mas não é pertinente

na tarefa de avaliação da teoria. Isso porque a adequação empírica se refere a todas as consequências de uma teoria, sem importar se alguma vez foram realmente extraídas ou comparadas com a observação e isso definitivamente não pode ser bem feito (MCMULLIN, 2008).

2.4.2 Poder explicativo

Enquanto o ajuste empírico é uma virtude primária e comporta durante o desenvolvimento da teoria as falhas de ajuste, o poder explicativo é a mais abrangente virtude de uma teoria e serve para determinar a capacidade preditiva da teoria (MCMULLIN, 2008). De acordo com McMullin (2008), um formalismo, que salva o fenômeno, ainda que seja uma tentativa de explicação, não pode ser qualificado como uma teoria científica, pois todas as outras virtudes, incluindo o ajuste empírico contribuem para o sucesso da teoria como uma explicação.

McMullin (2008) não trata das outras virtudes, mas indica que poderiam ser extraídas da estrutura causal subjacente ao que postula a teoria e se isso se ajusta a uma avaliação das noções causais, em todo caso são virtudes ainda a serem listadas ou identificadas e adequadamente caracterizadas. Por exemplo, o conjunto de virtudes confirmatórias que complementam a virtude do ajuste empírico, está transformando as ciências naturais de um mero salvar fenômenos para um empreendimento genuinamente explicativo e ontologicamente expansivo (MCMULLIN, 2008).

Cabe aqui uma explicação para a seguinte questão: o que significa ontologicamente expansivo? Como se sabe a ontologia se ocupa do estudo ou da caracterização do que existe (ver BUNGE, 1980, p. 47-48), mesmo que não se possa observar diretamente. Quando se postula a existência de algo que não pode ser observado diretamente, está envolvido nisso algum conteúdo metafísico (objeto ontológico). As ciências que atingiram um estágio de desenvolvimento científico avançado com um genuíno poder explicativo fazem uso de termos teóricos (entidades teóricas), que não podem ser

observados empiricamente, mas que ao se postular a sua existência e incluí-los nas teorias e nos experimentos científicos, bem como nas tecnologias decorrentes, aumentam a compreensão e a explicação dos fatos.

Assim, pelas consequências empíricas (por meio de experimentos e observações indiretas, isto é, com a ajuda de teorias), a ciência possui boas razões para afirmar a existência ontológica daquelas entidades teóricas. A tese que surge nesse contexto é que as teorias científicas, mesmo elaboradas para explicar fatos observáveis, remetem a entidades inobserváveis, tais como: elétrons, moléculas, *photons*, entre outras. Para maior entendimento ver Maxwell (1962).

Ressalte-se que McMullin (2008) também trata de outras virtudes internas da teoria como: consistência interna, coerência interna, simplicidade, bem como da consistência externa com outros contextos teóricos dentro da concepção de que as teorias não são construtos isolados. Por fim, o autor trata das virtudes diacrônicas da teoria, consideradas do ponto de vista dinâmico da sucessão do tempo em termos, principalmente, de fertilidade e durabilidade.

3 O PROBLEMA NAS PESQUISAS DA CONTABILIDADE

As pesquisas em contabilidade e o seu próprio desenvolvimento como área autônoma de conhecimento científico passaram por mudanças entre as décadas de 50 e início da década de 60. Nesse período, houve um reconhecimento que a informação contábil deveria ser adequada às decisões dos usuários (RYAN; SCAPENS; THEOBALD, 2002).

Nas pesquisas em contabilidade anteriores a 1960, havia um entendimento por parte dos pesquisadores, presente inclusive na literatura que documenta a época, o que se convencionou chamar de teoria normativa da contabilidade. Essa "teoria" fundamentava as pesquisas com base em conceitos, doutrinas, modelos, desenvolvidos por grandes pensadores da contabilidade, tais como o Modelo de

Determinação do Lucro de Paton e Littleton nas décadas de 1920 e 1930; a Série de 31 Opiniões e Quatro Demonstrativos sobre Assuntos como *goodwill*, pensões, combinação de negócios e informações segmentadas, em 1959; Objetivos das Demonstrações Financeiras, em 1973; A Informação Corporativa, em 1975, cujo objetivo era o de orientar a prática contábil. Esses princípios tinham o caráter de fundamentar as “opiniões” dos reguladores e não implicavam em uma possível explicação do fenômeno contábil (RYAN; SCAPENS; THEOBALD, 2002). No tocante ao objetivo desse trabalho, esse é o exemplo mais geral do uso inadequado da palavra teoria, pois como os próprios defensores do que se convencionou denominar teoria positiva da contabilidade, tais conceitos, doutrinas e modelos não tinham o objetivo de explicar e prever as práticas contábeis e sim guiar sua execução, daí não se caracterizarem como uma teoria e muito menos como uma teoria científica.

A partir da década de 70, a mudança na abordagem dos pesquisadores: de uma visão baseada na mensuração do lucro para a baseada na tomada de decisão dos usuários das informações contábeis, bem como o aumento das pesquisas empíricas, principalmente nos Estados Unidos e voltadas sobre o mercado de capitais, contribuíram para o desenvolvimento do que se denominou de “pesquisa positiva em contabilidade”. Tal pesquisa tinha o objetivo de investigar as consequências econômicas das práticas dos relatórios financeiros (RYAN; SCAPENS; THEOBALD, 2002).

A pesquisa positiva em contabilidade ampliou-se por volta da década de 80 usando os fundamentos da Teoria Econômica Neoclássica, da Teoria Contratual da Firma e Teoria da Agência e Teorias das Finanças, como o Modelo de Precificação dos Ativos (*Capital Asset Pricing Model*) e a Hipótese do Mercado Eficiente, para explicar as escolhas de métodos contábeis pelos gestores. A partir de então, cunhou-se o termo de “Teoria positiva da contabilidade”, como a teoria que possuía o objetivo de explicar e prever as práticas contábeis (WATTS; ZIMMERMAN, 1986).

Durante a década de 90, ocorreu um desenvolvimento de pesquisas empíricas sobre as práticas contábeis, que se beneficiou do avanço na tecnologia da informação e do movimento de globalização dos mercados. Segundo Ryan, Scapens e Theobald (2002), as pesquisas empíricas em contabilidade financeira estabeleceram-se em dois tipos de estudos: pesquisas em contabilidade comportamental (*Behavioural accounting research*) e pesquisa em contabilidade baseada no mercado (*Market-based accounting research*). Na primeira, os estudos focavam nos processos de decisão e resultados das decisões dos usuários individuais. A segunda contempla temas relacionados com a capacidade preditiva da informação contábil, focando em estudos como a relação entre informação contábil e preço das ações (BALL; BROWN, 1968); questões metodológicas, tais como o coeficiente de resposta do lucro, propriedades das estimativas dos analistas e modelos de *accruals* discricionários (JONES, 1991, DECHOW; SLOAN; SWEENEY, 1995), análise fundamentalista e valor da empresa e teste da hipótese do mercado eficiente (KOTHARY, 2001), *value-relevance* das informações contábeis (HOLTHAUSEN; WATTS, 2001) e divulgação corporativa (HEALY; PALEPU, 2001, VERRECCHIA, 2001).

Ryan, Scapens e Theobald (2002, p. 106) destacam alguns fatores que contribuíram para o desenvolvimento das pesquisas empíricas em contabilidade, como: 1) o desenvolvimento da tecnologia da informação, 2) o estabelecimento de amplos bancos de dados de preços de valores mobiliários e 3) o aumento no número de faculdades em contabilidade, principalmente nos Estados Unidos com formação econômica e/ou quantitativa e nenhuma experiência em contabilidade.

Os fatores do desenvolvimento das pesquisas empíricas em contabilidade, descritos anteriormente, permitiram aos pesquisadores realizar a manipulação de dados contábeis e testes de hipóteses, porém produzindo achados insuficientes para garantir a explicação e previsão dos fatos contábeis, haja vista não haver uma teoria de base que descrevesse realmente tais fatos como se manifestam na realidade.

Holthausen e Watts (2001) ressaltaram a ausência de uma teoria de base na fundamentação das pesquisas sobre *value-relevance* no contexto dos padrões da contabilidade financeira. Os autores afirmaram que tal ausência dificulta e por vezes impede a interpretação dos dados e que nos estudos levantados predominam trabalhos com meras associações entre variáveis. Por sua vez, Healy e Palepu (2001) afirmaram que os estudos da teoria positiva da contabilidade embora gerem diversas regularidades empíricas interessantes a respeito das decisões contábeis das empresas, há ambiguidades sobre como interpretar as evidências.

Fields, Lys e Vincent (2001) argumentaram que não é apropriado analisar um assunto contábil de maneira isolada e apontaram a necessidade de uma teoria abrangente para explicar as escolhas contábeis, que ainda não está disponível e seu desenvolvimento não parece iminente, devido à complexidade inerente aos modelos analíticos, que poderiam fornecer orientações aos pesquisadores na estrutura dos experimentos empíricos, na identificação das variáveis e na formulação das hipóteses alternativas.

Shackelford e Shevlin (2001) afirmaram que as pesquisas em contabilidade tributária dependem de trabalhos teóricos, para se desenvolver e que as pesquisas empiristas realizadas em contabilidade não tem promovido a evolução da área tributária.

Zimmerman (2001) avaliou que uma das razões da falha da literatura empírica em contabilidade gerencial na produção de um corpo coerente de conhecimento decorre do fato do objetivo da literatura não ser testar teorias. O autor ainda destacou que os poucos estudos com esse objetivo, estabeleceram frequentemente suas hipóteses *ah doc* (não definidas empiricamente). No entendimento desse autor, a teoria é necessária porque explica o que tem sido observado, testa empiricamente as hipóteses derivadas da teoria e assim prediz o que é relevante ser investigado.

No contexto das pesquisas sobre contabilidade internacional, Ball (2006) afirma que existem

poucas evidências ou teoria estabelecida que possa servir de base para justificar cientificamente a uniformização das normas contábeis permitidas dentro de um país ou daquelas somente permitidas internacionalmente.

No âmbito dos estudos sobre governança corporativa também há o problema da falta de teoria. De acordo com Brickley e Zimmerman (2010, p. 240), os pesquisadores da contabilidade “[...] têm publicado vários artigos sobre os papéis que a informação e o reporte financeiro cumprem no processo contratual (por exemplo, no *design* do conselho, na remuneração dos executivos e nos contratos de dívida).” Porém, os referidos autores afirmaram que “[...] não há nenhuma teoria bem desenvolvida, que englobe a natureza multidimensional e intertemporal do problema do *design* dos contratos [...] e o que há de teoria centra-se em questões específicas, limitadas com muitas hipóteses simplificadoras.”

Por fim, Wagenhofer (2011, p. 234) ressaltou a necessidade de “[...] construção de uma teoria positiva da regulação contábil [...] para estimular novas pesquisas na área.”

4 A CONSTRUÇÃO DE TEORIAS CIENTÍFICAS NA CONTABILIDADE

Diante da diversidade de problemas na contabilidade, faz-se necessário que as questões de pesquisas levantadas e os resultados obtidos representem um importante impacto na realidade e/ou sejam amplamente aceitos pela comunidade científica. Para que os problemas sejam colocados cientificamente, devem estar subsidiados por teorias formadas por proposições testáveis e variáveis que possam ser identificadas e medidas por indicadores bem definidos.

Observam-se na contabilidade pesquisadores desenvolvendo modelos teóricos, que buscam tratar cientificamente temas contábeis, apenas alguns exemplos: Nobes (1998), Lambert (2001), Verrecchia (2001), Ohlson e Juettner-Nauroth (2005), Lambert, Leuz e Verrecchia (2007), que são úteis para ilustrar como se dá o processo de

construção, bem como as características de uma teoria científica. Evidente que não se realizou uma busca exaustiva e podem existir outros trabalhos dedicados à construção de modelos teóricos a respeito dos problemas contábeis.

A seguir serão apresentados o modelo de Nobes (1998) e Olhson e Juettner-Nauroth (OJ) (2005) como exemplos de construção de teorias científicas em contabilidade.

4.1 O MODELO TEÓRICO DE NOBES (1998)

Nobes (1998) identificou a necessidade de uma teoria geral, que explicasse os diferentes sistemas contábeis existentes no mundo. Para caracterizar as razões das diferenças internacionais na divulgação financeira, o autor formulou um modelo teórico baseado na afirmativa que uma das maiores causas das diferenças das informações contábeis decorre dos diferentes objetivos para os quais são divulgadas. No nível de um País, em particular, o sistema financeiro é relevante para determinar os objetivos da divulgação de informações contábeis.

Fundamentado nos três tipos de mercado de Zysman (1983), Nobes (1998) argumentou que para cada um desses tipos de mercados, a informação contábil atende a objetivos e usuários diferentes, com implicações no sistema de divulgação financeira. Como forma de diferenciar sistemas contábeis, Nobes (1998) sugeriu alguns critérios fundamentais de dois grandes modelos de contabilidade, os quais chamou de classes A e B. A contabilidade classe “A” é formada pelo que se costuma chamar de contabilidade anglo-saxônica e a contabilidade classe “B” é formada pelo que se chama de contabilidade da Europa Continental. O posicionamento de um País em relação às práticas contábeis da classe A ou B é previsivelmente baseado no seu tipo sistema financeiro.

O modelo de Nobes (1998) é composto por três variáveis: o tipo de cultura, o sistema financeiro e o sistema contábil. O modelo assume que os países com cultura tipo 1 terão um forte *equity outsider*, caracterizado pela ampla participação

de investidores do mercado no fornecimento de capitais à empresa. Os países com cultura tipo 2 terão um fraco *equity outsider* situação em que há uma restrita participação de investidores do mercado de capitais fornecendo recursos à empresa. No primeiro caso, ter-se-á uma contabilidade classe A e no segundo uma contabilidade de classe B. Forte ou fraco *equity outsider* também poderão ser estudados entre empresas de um mesmo país.

Nobes (1998) esclarece que a cultura de tipo 1 é aquela em que o país é culturalmente auto-suficiente – *Culturally Self-sufficient* (CS) enquanto que a cultura de tipo 2 é aquela em que os países ainda têm culturas indígenas muito fortes ou culturas importadas, os quais ainda são fortemente dominados por influências estrangeiras, são, portanto, os países culturalmente dominados – *Culturally Dominated* (CD). O autor afirma que muitos países desenvolvidos são CS e os países em desenvolvimento são CD, mas há exceção.

Os limites entre CS e CD são obscuros, mas os pesquisadores teriam pouca dificuldade para classificar muitos países. A concentração deveria recair sobre aspectos da cultura empresarial nos casos em que isso pode levar a uma resposta diferente de outros aspectos da cultura (NOBES, 1998).

A Figura 3 apresenta uma visão global do modelo teórico de Nobes (1998) e as respectivas interligações. O autor ressalta, porém, que “[...] é pertinente repetir que mais de um sistema de contabilidade pode ser usado em qualquer país em particular por um período específico ou com o passar do tempo.” (NOBES, 1998, p. 178. Tradução Livre).

As linhas representam os movimentos nas várias direções possíveis e contempladas nas cinco proposições.

O modelo proposto por Nobes (1998) é composto de um conjunto de constructos expressos por meio de proposições, que são testadas empiricamente por meio de suas variáveis, medidas sob a forma de indicadores. A Figura 4 mostra as proposições, variáveis e indicadores do modelo de Nobes (1998).

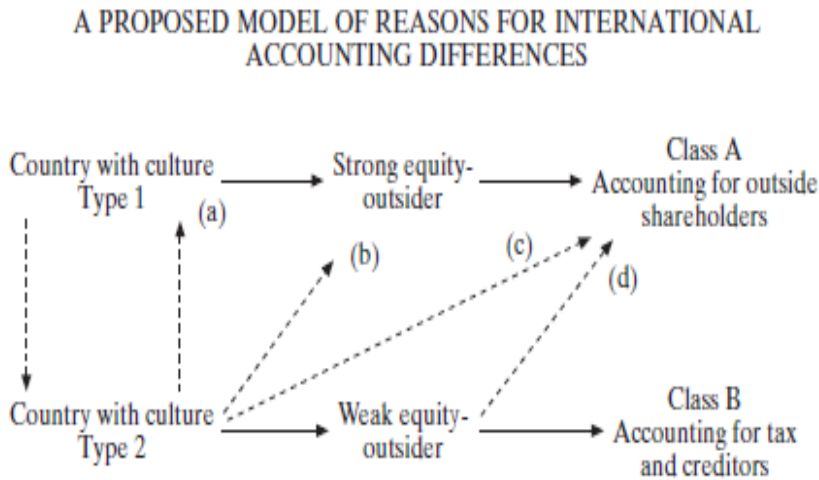


Figura 3 - Modelo teórico proposto por Nobes.
Fonte: Nobes (1998, p. 179).

Fatores	Proposições, variáveis e indicadores
<ul style="list-style-type: none">• Cultura• Sistema Financeiro• Sistema contábil	<p>Proposições</p> <ul style="list-style-type: none">• P1: O sistema de contabilidade dominante em um país de cultura auto-suficiente (CS) e com um forte <i>equity outside</i> é um sistema classe A.• P2: O sistema de contabilidade dominante em um país de cultura auto-suficiente (CS) com um fraco ou nenhum <i>equity outsider</i> é um sistema classe B.• P3: Um país de cultura dominada (CD) tem um sistema importado de seu país dominante, independente da força do sistema <i>equity outsider</i> do país de cultura dominada (CD).• P4: Quando um país estabelece um mercado com forte <i>equity-outsider</i> sua contabilidade se move de um sistema classe B para um sistema classe A.• P5: Empresas outsider em países com mercado com fraco <i>equity-outsider</i> mover-se-ão para contabilidade classe A. <p>Variáveis</p> <ul style="list-style-type: none">• País culturalmente auto-suficiente.• País culturalmente dominado.• Tradição legal <i>code-law</i>• Tradição legal <i>common-law</i>• Sistema contábil classe A• Sistema contábil classe B <p>Indicadores</p> <ul style="list-style-type: none">• Os indicadores são utilizados como critérios para caracterizar ou medir uma variável.

Figura 4 - Proposições, Variáveis e Indicadores do Modelo de Nobes (1998).
Fonte: Elaborada pelos autores a partir do conteúdo de Nobes (1998).

4.2 MODELO DE OLHSON E JUETTNER-NAUROTH (OJ) (2005)

O breve relato aqui sobre o modelo OJ tem a finalidade de demonstrar um dos exemplos de construção da teoria científica em contabilidade. Tal modelo está expresso em linguagem formal, cuja teoria nele expressa segue a formulação de proposições e identificação de variáveis e indicadores.

O modelo OJ tem por objetivo demonstrar como o valor da empresa depende dos lucros e do seu

crescimento. Nesse modelo, o valor da empresa é identificado por meio de quatro variáveis: 1) Lucro esperado para o próximo ano; 2) o crescimento esperado a curto prazo do lucro esperado; 3) crescimento esperado a longo prazo do lucro esperado e 4) fator de desconto ou custo esperado de capital.

O modelo utiliza as seguintes premissas:

- Todas as variáveis são definidas em uma base por ação;

- A empresa possui apenas uma ação em circulação em todos os momentos do tempo;
- A empresa possui apenas um acionista em todos os momentos do tempo;

Seguindo a seguinte notação, tem-se:

P_0 = preço (ou valor) da empresa na data zero (hoje);

x_t = lucro esperado para o período t , dada a informação possuída hoje;

d_t = dividendos esperados na data t , dada a informação possuída hoje;

$R = 1 + r$ = fator de desconto; r = custo do capital próprio.

Assumindo que o valor da empresa, ou preço de suas ações, iguale o valor presente dos dividendos esperados (PVED), então:

$$P_0 = \sum_{t=1}^{\infty} R^{-t} d_t \quad [\text{PVED}]$$

Para se chegar ao modelo OJ assume-se a premissa dos efeitos do crescimento constante do valor da empresa [1], assim enuncia a seguinte proposição:

Proposição 1: Assumindo PVED e

$$z_{t+1} = \gamma \cdot z_t, t = 1, 2, \dots \quad [1]$$

Em que: $\gamma < R$ e

$$z_t = \Delta x_{t+1} - r(x_t - d_t)$$

Então:

$$P_0 = \frac{x_1}{r} + \frac{1}{r} \cdot \frac{z_1}{(R-\gamma)} = \frac{x_1}{r} \left[\frac{g_2 - (\gamma-1)}{r - (\gamma-1)} \right] \quad (\text{OJ})$$

Em que:

$$g_2 \equiv (\Delta x_2 + r \cdot d_1) / x_1$$

O modelo OJ assumindo a proposição 1 denota na equação [OJ] que o valor da empresa depende dos lucros e do seu crescimento.

5 SÍNTESE DA DISCUSSÃO E IMPLICAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Conforme demonstrado ao longo do texto, o papel da teoria no processo de desenvolvimento de conhecimento científico se situa no nível máximo da epistemologia da ciência, ou seja, é um critério ou uma instância epistemológica. Isso significa que não há área científica que tenha evoluído sem a construção, reconstrução e uso de teorias nas suas pesquisas. Além disso, mesmo as ciências mais bem sucedidas continuam submetendo suas teorias a testes experimentais e observacionais. O significado disso é que a ciência busca corrigir suas teorias por meio de tentativas e erros, visando descobertas científicas que ajudem a explicar o mundo e que as ciências se encontram em plena evolução.

Sendo assim, é possível acompanhar o desenvolvimento científico de uma área pelo desenvolvimento da sua linguagem composta pelos conceitos, proposições, quadros teóricos e teorias. A construção de teorias é um processo complexo porque elas somente serão úteis na explicação dos fatos se estiverem bem relacionadas com os mesmos. A complexidade existe porque é necessário utilizar uma linguagem suficientemente capaz de garantir a correspondência teórica com os fatos.

Na visão sintática, há uma dependência nas regras de correspondência (conforme tratado no item 2.3) e na existência de axiomas não interpretados empiricamente, o que põe em dúvida a capacidade de teorias, construídas dessa forma, garantirem um relacionamento satisfatório entre teoria e fato. Por isso, surgiu a visão semântica como alternativa na qual a estrutura das teorias é descrita em termos de classes de modelos matemáticos de tal maneira que as teorias, ao serem caracterizadas pelo que suas formulações linguísticas expressam, possam ser interpretadas semanticamente em termos dos modelos. Com isso, tem-se uma maneira pretensamente mais eficaz para representar o complexo relacionamento entre teorias, dados e fatos, conforme tratado no item 2.3, com as críticas mencionadas.

Independente do uso de uma teoria construída sintaticamente ou semanticamente, o seu papel e grau de sucesso podem ser avaliados por meio das virtudes de uma boa teoria (ver item 2.4). Se na prática contemporânea da ciência, os cientistas fazem uso cada vez maior de modelos, conforme propõe a visão semântica, isso implica na necessidade de compreensão de como e se os referidos modelos representam os fatos que se propõem representar e quais deles se encontram relacionados a ponto de se constituírem em uma teoria.

Na Contabilidade, observa-se na literatura em uma análise não exaustiva, a existência de fragilidade nas pesquisas pela falta de teorias (ver item 3), bem como um movimento no sentido de desenvolver modelos teóricos, para explicar fatos estudados pela área (ver item 4). Isso demonstra uma evolução da área em termos dos padrões científicos, pelo menos em termos de linguagem, o que corrobora com o que se sugere neste ensaio.

Como futuras pesquisas ou desafios na pesquisa sugerem-se dois rumos: o primeiro é investigar o fenômeno da construção de teorias na área, visando descobrir qual visão predomina: a sintática ou a semântica, bem como as formas que esses modelos estão sendo testados e os resultados obtidos. O segundo rumo, mais desafiante, é o desenvolvimento de modelos e teorias que ainda não existem, seguindo a lógica da linguagem científica aqui tratada.

REFERÊNCIAS

- BALL, R. International Financing Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*. Kingston Upon Thames: 2006. p. 5. Forthcoming. Available from: SSRN: <http://ssrn.com/abstract=929561>.
- BALL, R. BROWN, R. An empirical evaluation of accounting income numbers. *Journal of Accounting Research*. v. 6, p. 159-178, 1968.
- BRICKLEY, J. A; ZIMMERMAN, J. L. Corporate governance myths: Comments on Armstrong, Guay, and Weber. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, p. 235-245, 2010.
- BUNGE, M. **Epistemologia: curso de atualização**. Tradução de Cláudio Navarra. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- BUNGE, M. **Philosophy of Science: from problem to theory**. vol. 1. Revisão da edição. of: Scientific research. Berlin, New York: Springer-Verlag, 1967, 2 vols. London: Transaction Publishers, 1998.
- DECHOW, P., SLOAN, R., SWEENEY, A. Causes and consequences of earnings manipulation: an analysis of firms subject to enforcement actions by the SEC. *Contemporary Accounting Research*, v. 13, p. 1-36, 1996.
- FEIGL, H. A visão ortodoxa de teoria: comentários para defesa assim como para crítica. *Scientiae Studia*. São Paulo, v. 2, n. 2, p. 265-277, 2004.
- FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 255-307, 2001.
- FRENCH, S. The Structure of Theories. IN: **The Routledge Companion To Philosophy Of Science**, Cap. 25. New York: Routledge Philosophy Companions, 2008.
- HEALY, P. M.; PALEPU, K. G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, 2001, pp. 405-440.
- HOLTHAUSEN, R. W. e WATTS, R. L. The relevance of the value-relevance literature for financial accounting standard setting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, p. 3-75, 2001.
- JONES, J. Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*. v. 29, 1991, p. 193-228.
- KOTHARI, S. P. Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, v. 31, 2001, pp. 105-231.

- LAMBERT, R. A. Contracting theory and accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, 2001, pp. 3-87.
- LAMBERT, R. A.; LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. E. Accounting Information, Disclosure, and the Cost of Capital. **Journal of Accounting Research**, v. 45, 2007, pp. 385-420.
- MAXWELL, G. The ontological status of theoretical entities. In: FEIGL, H.; MAXWELL, G. (eds). **Scientific Explanation, Space and Time**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1962.
- MCMULLIN, E. The virtues of a good theory. IN: **The Routledge Companion To Philosophy Of Science**, Cap. 47. New York: Routledge Philosophy Companions, 2008.
- NOBES, C. Towards a General Model of the Reasons for International Differences in Financial Reporting. **ABACUS**. Vol. 34, No. 2, 1998.
- OHLSON, J. A.; JUETTNER-NAUROTH, B. Expected EPS and EPS growth as determinants of value. **Review of Accounting Studies**. v. 10 (2-3), 2005, p. 349-365.
- OHLSON, J. A.; ZHAN, G. **O lucro, seu crescimento e o valor da empresa**. Tradução: Alessandro Broedel Lopes. São Paulo: Atlas, 2008.
- POPPER, K. R. **A Lógica da Investigação Científica**. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Motta. São Paulo: Cultrix, 1972, no original: *The Logic Of Science Discovery*.
- POPPER, K. R. **Lógica das Ciências Sociais**. 2ª Ed. Trad. de Estevão de Rezende Martins, Apio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1999.
- PSILLOS, S.; CURD, M. Introduction. IN: **The Routledge Companion To Philosophy Of Science**, Cap. 1. New York: Routledge Philosophy Companions, 2008.
- ROTH, P. A. The Epistemology Of Science After Quine. IN: **The Routledge Companion To Philosophy Of Science**, Cap. 1. New York: Routledge Philosophy Companions, 2008.
- RYAN, B.; SCAPENS, R. W.; THEOBALD, M. **Research Method & Methodology in Finance & Accounting**. 2 ed. Singapore: South-Western Cengage Learning, 2002.
- SHACKELFORD, D. A.; SHEVLIN, T. Empirical tax research in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 321-387, 2001.
- VAN FRAASSEN, B. C. **A Imagem Científica**. Trad. Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP – discurso editorial, 2007.
- VERRECCHIA, R. E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, 2001, pp. 97-180.
- WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. **Positive Accounting Theory**. Prentice-Hall, Engelwood Cliffs, New Jersey, 1986.
- WAGENHOFER, A. Towards a theory of accounting regulation: A discussion of the politics of disclosure regulation along the economic cycle. **Journal of Accounting and Economics**, v. 52, 2011, pp. 228-234.
- ZIMMERMAN, J. L. Conjectures regarding empirical managerial accounting research. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, 2001, pp. 411-427.
- ZYSMAN, J. **Government, Markets and Growth: Financial Systems and the Politics of Industrial Change**. Cornell University Press, 1983.

Endereço dos Autores:

Rua Augusto Corrêa, 01
Guamá
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Faculdade de Ciências Contábeis
Belém – Pará – Brasil
66075-110